

# A QUALIDADE DO EMPREGO RURAL NA REGIÃO NORDESTE (2002 E 2005)

THE QUALITY OF THE RURAL JOB IN THE NORTHEAST REGION (2002 AND 2005)

Carlos Alves do Nascimento<sup>(\*)</sup>  
Régis Borges de Oliveira<sup>(\*\*)</sup>  
Irlene José Gonçalves Souto<sup>(\*\*\*)</sup>  
Samantha Rezende Mendes<sup>(\*\*\*\*)</sup>

## RESUMO

O artigo objetiva analisar a qualidade do emprego rural em atividades agrícolas e não agrícolas da região Nordeste. Os melhores indicadores referem-se às atividades não-agrícolas – com poucas exceções – na comparação com as atividades agrícolas. Contudo, as análises basearam-se em níveis de qualidade dos empregos que são, em média, muito baixos. Os resultados dos índices obtidos para os homens e mulheres podem subsidiar a formulação de políticas de emprego para a população rural do Nordeste.

**Palavras-chave:** qualidade do emprego rural; atividades agrícolas e não agrícolas; Nordeste.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the quality of the rural employment in the agricultural and non-agricultural activities. The best indices are on the non-agricultural activities – with few exceptions – in the comparison with the agricultural activities. However, this analysis was based on jobs which quality levels were, generally, too low. The results obtained for men and women can subsidize the formulation of employment programs for the Northeast rural population.

**Key words:** rural employment quality; agricultural and non agricultural activities; Northeast.

---

(\*) Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia — UFU. Uberlândia, MG, Brasil. can@ie.ufu.br.

(\*\*) Mestrando do Curso de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas — IE/UNICAMP. Campinas, SP, Brasil. regisoliveira@gmail.com.

(\*\*\*) Graduanda e pesquisadora de Iniciação Científica (PBIIC/UFU) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia — UFU. Uberlândia, MG, Brasil. irlenegoncalves@yahoo.com.br.

(\*\*\*\*) Graduanda e pesquisadora de Iniciação Científica (CNPq) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia — UFU. Uberlândia, MG, Brasil. samantha86\_rezende@yahoo.com.br.

## 1. INTRODUÇÃO

Até o final dos anos 70 os impactos negativos do processo de *modernização conservadora* da agricultura brasileira eram atenuados pela expansão do emprego industrial urbano, decorrentes das políticas industrializantes capitaneadas pelo Estado. Entretanto, a partir dos anos 80 essa capacidade possuída pelo setor industrial de atenuar a queda contínua do emprego na agricultura começou a se enfraquecer e perder seu dinamismo quanto à geração de novos postos de trabalho mesmo nas fases ascendentes dos ciclos econômicos<sup>(1)</sup>. Nos anos 90, por sua vez, ficou clara a situação de incapacidade estrutural da indústria e da agricultura em gerar novas oportunidades ocupacionais suficientes para absorver o grande exército de desempregados e subempregados que aumenta a cada ano, no campo e na cidade.

Como agravante, algumas pesquisas<sup>(2)</sup> revelam uma mudança no perfil das ocupações urbanas, que nos anos setenta eram compostos basicamente de empregos e ocupações que exigiam pouca qualificação e, portanto, constituíam-se em possibilidades de emprego para os migrantes recém chegados do campo. Nos anos mais recentes, o mercado de trabalho urbano está deixando de ser uma alternativa de inserção social para os pobres do campo tendo em vista a crise em certos setores ocupacionais (indústria de transformação e construção civil) em que estes trabalhadores teriam melhores chances de emprego. As oportunidades de trabalho criadas nos setores urbanos nos anos oitenta já não favoreciam os novos migrantes, especialmente aqueles de origem rural, e com o processo de reestruturação produtiva vivenciado pela economia brasileira nos anos 90, esta situação aprofundou-se<sup>(3)</sup>.

Por outro lado, no entanto, esse quadro geral de desemprego estrutural tanto na indústria quanto na agricultura, está impondo à sociedade brasileira uma “adequação criativa” ao novo mundo do trabalho que se delineia já no presente. Em resposta ao conjunto de transformações sofridas pela agricultura e pela indústria nas últimas décadas, traduzindo-se em saturação dos empregos de natureza industrial e agrícola, percebe-se no Brasil a proliferação de atividades não-agrícolas nas áreas rurais do país, revelando a capacidade criativa e adaptativa da sociedade face às condições impostas pelos novos tempos. Nas áreas rurais, especificamente, a “saída” para a população residente foi encontrar ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades. São sinais de “esperança” que surgem com a multiplicação por todas as áreas rurais do país, de maneira praticamente espontânea — a despeito da quase completa ausência de políticas públicas que caminhem nessa direção —, de uma diversidade de atividades não-agrícolas, assim como também de novos “usos” e “funções” dos espaços rurais<sup>(4)</sup>.

Como forma de adaptação a essa nova configuração, o trabalhador rural ou os membros de sua família vão buscar complementar a sua renda, e de sua família, em outras atividades que não sejam atividades agrícolas. As famílias rurais agrícolas vão se tornando pluriativas – ou seja, passam a combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas

---

(1) Conforme *Mattoso e Baltar* (1998).

(2) Ver, por exemplo, *Baltar, Dedecca e Henrique* (1992).

(3) *Pochmann* (2000, 2001).

(4) *Campanhola e Graziano da Silva* [orgs.] (2000; 2004); *Del Grossi* (1999); *Abramovay* (2000); *Veiga* (2001; 2006).

– ou famílias não-agrícolas — quer dizer, famílias cujos membros que se encontram ocupados se dedicam a atividades estritamente não-agrícolas — e, desta forma, o meio rural deixa de ser sinônimo de agricultura passando a conviver com atividades antes consideradas tipicamente urbanas (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA [orgs.], 2000, 2004; NASCIMENTO, 2002).

Nesse sentido, são inúmeros os trabalhos que apontam para o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, refletindo uma inusitada tendência ocupacional nestas áreas<sup>(5)</sup>. A novidade apontada por estes trabalhos reside justamente no fato de que se começa a reconhecer que em determinados contextos regionais o rural deixou de ser identificado exclusivamente com as atividades agropecuárias.

Partindo dessas considerações iniciais, o presente trabalho procura contribuir com o avanço desse esforço de estudar as mudanças por que estão passando as áreas rurais do país. Focamos nossa análise, no entanto, na investigação da qualidade das novas atividades rurais não-agrícolas, em comparação à qualidade das atividades agrícolas, detendo-se a observação sobre a População Economicamente Ativa empregada (PEA assalariada) residente nas áreas rurais não metropolitanas da região Nordeste do Brasil.

Para atingir esse objetivo construímos índices de qualidade do emprego (IQE) relativos aos trabalhadores nordestinos assalariados, das áreas rurais e urbanas não metropolitanas, para os anos de 2002 e 2005.

O intuito dessa pesquisa consistiu, portanto, em investigar as diferenças relativas à qualidade das distintas atividades (agrícolas e não-agrícolas) em que os trabalhadores assalariados do Nordeste encontravam-se empregados nos anos de 2002 e 2005. Restringimos nossa análise aos trabalhadores assalariados residentes nas áreas não metropolitanas nordestinas rurais e urbanas, de modo que o trabalho consistiu em uma análise comparativa dos IQEs entre as atividades agrícolas e não-agrícolas dos assalariados rurais, assim como também entre os IQEs dos assalariados rurais e dos urbanos — neste último caso, entre grupos de atividades semelhantes; ou seja, agrícola com agrícola e não-agrícola com não-agrícola, conforme detalhamento a seguir.

Para a construção do Índice, utilizamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2002 e 2005. O ano de 2001 não foi analisado devido a mudanças ocorridas na metodologia utilizada pelo IBGE a partir do ano de 2002, o que impossibilita a comparação com os anos anteriores — por exemplo, 2001.

Tomamos como referência o trabalho de outro autor, *Balsadi*, para a criação dos IQEs para a região Nordeste do Brasil. Esse autor foi o primeiro, no âmbito do Projeto Rurbano, a realizar esse esforço de investigação das condições de trabalho assalariado da população rural em atividades não-agrícolas, comparativamente às atividades agrícolas, e suas congêneres urbanas. A pesquisa de *Balsadi* foi realizada para o Estado de São Paulo. Sempre

---

(5) Na União Européia, a pesquisa mais ampla neste sentido foi realizada por uma equipe interdisciplinar chamada *Arkleton Trust* (1992). No Brasil, inúmeros avanços no estudo desse tema têm sido desenvolvidos pelo Projeto Rurbano (NEA/IE/UNICAMP), cujos trabalhos encontram-se compilados em sete volumes intitulados de forma genérica por “O Novo Rural Brasileiro” (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA [orgs.], 2000, 4 v., 2004, 3 v.)

que convier faremos menções comparativas dos IQEs do Nordeste com os IQEs de São Paulo.

O emprego rural não-agrícola é denominado por ERNA (emprego rural não-agrícola), no caso de a pessoa estar ocupada em atividades não-agrícolas. Isso é importante para diferenciar essa categoria das demais nas ocupações rurais não-agrícolas (ORNA), que incluem os conta-própria, empregadores e não remunerados. Portanto, não será contrastada a PEA rural total ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, pois as ocupações (profissões) dos contas-próprias, empregadores e não remunerados são muito mais difíceis de se padronizar para compará-las nas duas atividades (BALSADI, 2000).

Por outro lado, trabalhou-se apenas com os dados dos empregados (agrícolas e não-agrícolas) em algumas das principais profissões, agrupadas por características comuns, como será descrito adiante. O objetivo é comparar apenas os trabalhos de densidades e conteúdos semelhantes (assalariado com assalariado, segundo algumas características principais).

O artigo está organizado, além desta introdução, em mais três seções: a primeira apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. A análise dos resultados da pesquisa é exposta na segunda seção. E na última seção são esboçadas as considerações finais.

## **2. A METODOLOGIA DA PESQUISA**

### *2.1. SELEÇÃO DOS GRUPOS DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS PARA CONSTRUÇÃO DOS ÍNDICES DE QUALIDADE DO EMPREGO — IQEs*

As variáveis selecionadas para análise das características da PEA rural agrícola e não-agrícola com posição na ocupação de assalariados (homens e mulheres) foram as seguintes: idade; jornada semanal de trabalho; formalidade (carteira assinada); contribuição da previdência social; rendimento mensal; auxílios recebidos (moradia, alimentação, transporte, educação, saúde).

Para as atividades não-agrícolas, trabalhou-se com os grupos de ocupações de serviços domésticos, construção civil, educação (professores), saúde, comércio, indústria e indústria de transformação (juntas), transporte (motorista).

As ocupações que compõem os serviços domésticos são: cozinheira doméstica, diarista doméstica, lavadeira doméstica, governanta e mordomo no serviço doméstico e atendente doméstico, jardineiro, etc. Foram selecionados 100% dos trabalhadores, homens e mulheres, nessa atividade.

O grupo da construção civil é composto por uma lista grande de ocupações, tais como, por exemplo: pedreiro, ajudante de obras civis, trabalhadores de estrutura de alvenaria, trabalhadores de estruturas de concreto armado, trabalhadores na operação de máquinas de concreto armado, trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos, estucadores e gesseiros, ajudantes de obras civis, encanadores e instaladores de tubulações, etc. Os códigos das ocupações citadas correspondem a 87,36% dos homens

residentes rurais trabalhadores no referido ramo. As mulheres rurais nordestinas estavam pouco representadas (38,85%) nesse ramo, razão pela qual não analisaremos as condições de trabalho para esse grupo feminino.

O conjunto da saúde é formado pelos profissionais das ocupações, tais como: agentes de saúde e do meio ambiente, atendentes de enfermagem, parteiras práticas e afins. O conjunto dos códigos selecionados foi o mais representativo para as mulheres (51,6%) residentes no rural. Para os homens, o conjunto desses códigos selecionados atingiu 83,3% do grupo saúde.

O conjunto da educação foi constituído por professores de disciplinas da educação geral de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, professores e instrutores do ensino profissional, professores de educação física, professores de nível médio do ensino profissionalizante. Essas ocupações são encontradas para mulheres — 58,3% do total do ramo da educação — residentes nas áreas rurais, nos anos analisados. Para os homens a proporção dos códigos selecionados, no total dos códigos do ramo educação, foi de 55,0%.

No grupo do comércio encontram-se as ocupações de profissionais de *marketing*, publicidade e comercialização, de representantes comerciais e técnicos de venda, contínuos, caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco), entregadores externos (exceto carteiros), vendedores e demonstradores em lojas ou mercados, repositores e remarcadores do comércio. Consideramos serem esses os códigos mais freqüentes, sendo que 85,54% das mulheres e 52,90% dos homens residentes rurais trabalhavam em alguma dessas ocupações, nos anos analisados.

O grupo da indústria e indústria de transformação é composto pelas ocupações de uma grande gama de setores que formam esses ramos de atividade. Resolvemos tratar conjuntamente esses dois setores para possibilitar número suficiente de casos nas amostras das PNADs. Agregamos todos os códigos mais significativos desses dois ramos de atividades, que juntos atingiam 53,02% do total de homens rurais nordestinos ocupados nesses ramos, e 59,15% das mulheres rurais nordestinas também ocupadas nesses ramos. Os setores que compõem esse ramo são, por exemplo, os das indústrias mecânica e metalúrgica, têxtil, do couro, do vestuário, de madeira e de móveis, de alimentação e bebidas, gráfica, de cerâmica e de vidros e outras indústrias de transformação, etc. Percebe-se que esse é o grupo mais heterogêneo e com maior número de ocupações para os empregados residentes rurais.

As ocupações que fizeram parte do grupo de transporte foram basicamente os motoristas<sup>(6)</sup>, operadores de equipamentos de elevação, os condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo), condutores de veículo sobre rodas (distribuidores de mercadoria). Esses profissionais correspondem a 63,91%, em média, dos empregados homens nesse grande grupo de ocupação para os residentes rurais. Esse grupo foi formado para que os códigos selecionados fossem mais freqüentes na amostra. Para esse ramo de transportes não analisaremos a ocupação das mulheres, pelo fato dos códigos não se terem mostrado significativos na amostra da PNAD.

---

(6) Nas Tabelas apresentadas ao longo do trabalho chamaremos grupo de 'motoristas'.

Para as atividades agrícolas, foram considerados os grupos de ocupações de trabalhadores rurais. O grupo de trabalhador rural compreende as seguintes ocupações: trabalhadores na pecuária, trabalhadores agrícolas e trabalhadores na exploração agropecuária em geral. Dentre os trabalhadores rurais (agrícolas), em média, 88,70% dos homens e cerca de 90,86% das mulheres, estavam inseridos nessas ocupações citadas, nos anos analisados. Nesse grupo, os dados foram desagregados segundo empregados agrícolas permanentes e empregados agrícolas temporários.

A escolha das profissões citadas, bem como sua agregação em conjuntos (grupos) com características próximas fundamenta-se na necessidade de um número mínimo de casos nas amostras das PNADs, de tal forma que os dados expandidos sejam suficientes para inferências mais seguras. Também são as profissões mais expressivas em termos de ocupação da PEA rural agrícola e não-agrícola na região Nordeste. Por fim, procuramos comparar os mesmos códigos selecionados para os grupos de empregos rurais com os correspondentes aos trabalhadores homens e mulheres residentes urbanos.

## 2.2. METODOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DOS ÍNDICES DE QUALIDADE DO EMPREGO (IQEs)

A adoção de um índice sintético de qualidade do emprego para o ordenamento e a comparação dos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural e urbana visa, por meio de um único número, apresentar a contribuição conjunta das diferentes variáveis utilizadas para a aferição de alguns aspectos que seriam desejáveis em qualquer tipo de trabalho. Tal índice não acrescenta informações às já existentes, mas se mostra uma forma mais sintética de expressar as informações originais dos indicadores (KAGEYAMA e REHDER, 1993 *apud* BALSADI, 2000).

O conceito de qualidade do emprego pode variar segundo diversas perspectivas. Entretanto, o que se pretende é, a partir das variáveis selecionadas da PNAD, mensurar os efeitos de alguns itens relativamente consensuais sobre a qualidade do emprego, como o não uso de trabalho infantil, a jornada regular semanal, a carteira assinada, a contribuição previdenciária, o rendimento e o recebimento de alguns auxílios.

Para construir o Índice de Qualidade do Emprego (IQE), os procedimentos básicos foram os seguintes, de acordo com a metodologia descrita por *Kageyama e Rehder* (1993) *apud Balsadi* (2000):

a) obtenção dos indicadores simples para 2002 e 2005, a partir das variáveis já trabalhadas nas PNADs. São eles:

- % de empregados com idade acima de 15 anos (Ninf), o que representa a proporção de trabalho não-infantil empregada;
- % de empregados com jornada semanal de até 44 horas (Jorn), o que corresponderia à participação dos empregados sem sobretrabalho;
- % de empregados com carteira assinada (Cart);
- % de empregados contribuintes da Previdência Social (Prev);

- rendimento médio mensal dos empregados no trabalho principal (Rend);
- % de empregados com remuneração acima de 1 salário mínimo (Npob);
- % de empregados que recebiam auxílio-moradia (Auxmor);
- % de empregados que recebiam auxílio-alimentação (Auxalim);
- % de empregados que recebiam auxílio-transporte (Auxtrans);
- % de empregados que recebiam auxílio-educação (Auxeduc);
- % de empregados que recebiam auxílio-saúde (Auxsau).”

Desses indicadores, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula:

$$\frac{\text{valor} - \text{mínimo}}{\text{máximo} - \text{mínimo}}$$

Em que o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mínimo e máximo do rendimento encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

b) construção dos indicadores parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores originais, no sentido de captar três dimensões da qualidade do emprego, que estão relacionadas com o grau de formalização do trabalho, o rendimento obtido no trabalho principal e os auxílios recebidos pelos empregados. Assim, os três indicadores parciais foram obtidos da seguinte forma:

TRABFORMAL = (Ninf + Jorn + Cart + Prev)/4; indica o grau de formalização do trabalho e foi calculado dessa forma apenas para os homens;

TRABREND = (Rend<sub>padronizado</sub> + Npob)/2; agrega as duas variáveis de rendimento;

TRABAUX = (Auxmor + Auxalim + Auxtrans + Auxeduc + Auxsau)/5; agrega as variáveis de auxílios recebidos pelos empregados.

c) obtenção do IQE a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais. O peso de cada indicador parcial para a composição do Indicador de Qualidade do Emprego (IQE) busca refletir as diferentes contribuições relativas e foram construídos pelo sistema convencional de pesos, isto é, pelo próprio proponente do índice, a partir de um sistema de prioridades. Por isso, a ponderação pode gerar controvérsias, porque sempre envolve um certo grau de arbitrariedade dos autores, dada a importância atribuída para cada indicador parcial. Para atenuar esse problema, foram feitas três ponderações diferentes. A primeira, com o mesmo peso para os indicadores parciais, e a segunda e terceira, com pesos diferentes, aumentando-se o peso do indicador parcial de rendimento. Assim, as três ponderações utilizadas foram as seguintes:

$$\text{IQE} = 1/3 \text{ TRABREND} + 1/3 \text{ TRABFORMAL} + 1/3 \text{ TRABAUX}$$

$$\text{IQE}' = 0,40 \text{ TRABREND} + 0,40 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$$

$$\text{IQE}'' = 0,50 \text{ TRABREND} + 0,30 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$$

Como os indicadores originais não foram padronizados em função dos máximos e mínimos, com exceção do rendimento (mas, levou-se em consideração os valores da série toda), o IQE obtido é passível de comparação intertemporal.

Para essa comparação, ainda de acordo com *Kageyama e Rehder (1993 apud BALSADI, 2000)*, trabalhou-se com a idéia de progresso relativo, calculado pela fórmula:

$$\frac{\text{valor do índice em } t_1 - \text{valor em } t_0}{100 - \text{valor em } t_0} \times 100$$

O denominador mostra o máximo crescimento que seria possível a partir do ano inicial (progresso possível) e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria nas condições e qualidade do trabalho (KAGEYAMA e REHDER, 1993 *apud* BALSADI, 2000).

### 3. ANÁLISES DOS RESULTADOS DOS ÍNDICES DE QUALIDADE DO EMPREGO (IQE)

Iniciaremos com os comentários referentes aos IQEs com pesos iguais para os três indicadores parciais, relacionados ao rendimento no trabalho principal, grau de formalização do trabalho e benefícios recebidos pelos trabalhadores empregados. Na seqüência, analisaremos os dois outros IQEs com pesos diferenciados para cada indicador parcial.

Antes de esboçarmos considerações mais detalhadas sobre os resultados dos indicadores de qualidade do emprego da PEA rural (e urbana) nordestina, importa já de antemão sublinhar que de uma maneira geral tais indicadores, de todos os grupos de emprego selecionados, são notadamente baixos. Observe-se que os IQEs variam de 0 a 100. Raríssimas as vezes em que o indicador mostrou-se maior que 50; poucas as vezes em que ultrapassou 40; na maioria das vezes ficou entre 20 e 30. Em outras palavras, estaremos aqui tecendo comentários acerca de indicadores que em geral são muito baixos.

As Tabelas 1 e 2 mostram que, para os homens residentes rurais, os grupos de ocupações que estiveram entre os quatro melhores, nos anos considerados, foram os de educação, saúde, serviço doméstico<sup>(7)</sup> e construção civil — em 2005 o grupo dos serviços domésticos passou para a 4ª posição, perdendo para o grupo da construção civil que passou para a terceira posição. O grupo da educação (professores) mesmo tendo sofrido uma queda forte no progresso relativo (-21,96%), de 2002 para 2005, ficou ainda na segunda melhor posição. Os grupos da saúde e da construção civil melhoraram de posição em decorrência de seus respectivos progressos relativos terem sido expressivos e positivos.

Quanto aos outros grupos de emprego rurais, observa-se que foram a indústria e indústria de transformação, comércio e os dois grupos de trabalhadores agrícolas, permanentes e temporários, que se encontravam em situações menos satisfatórias. O grupo de trabalhadores agrícolas temporários foi o que apresentou o pior indicador de qualidade entre os demais grupos, nos dois anos analisados. Os trabalhadores agrícolas permanentes

---

(7) Os serviços domésticos exercidos pelos homens em geral são as atividades de caseiro, jardineiro, motorista da família, etc. (conforme NASCIMENTO, 2002).

apresentaram expressivo progresso relativo, que tirou esse grupo da 6ª posição, em 2002, para a 5ª posição, em 2005, deixando-o numa posição um pouco menos desfavorável, entre esses grupos com indicadores menos satisfatórios.

Considerando essas primeiras observações, os resultados estão apontando para o fato de que os empregos *não-agrícolas* exercidos pelos residentes rurais nordestinos apresentam melhores indicadores de qualidade do que o emprego agrícola temporário. O que esses resultados estão mostrando, portanto, é que a inserção dos residentes rurais nordestinos no mercado de trabalho não-agrícola, no período analisado, significou a obtenção de melhores condições de trabalho em comparação com os empregos agrícolas temporários<sup>(8)</sup>. O grupo dos trabalhadores agrícolas permanentes apresentou indicadores de condições de trabalhos melhores do que os grupos da indústria e indústria de transformação, comércio e transportes, em 2005.

Sem entrar em detalhes quanto aos grupos de ocupação urbanos, importa ressaltar algumas observações relevantes. Entre os residentes urbanos, os empregos com condições de trabalho mais desfavoráveis eram a construção civil e os dois grupos de emprego agrícola, temporário e permanente. Pode-se ver que assim como para os empregados rurais também para os empregados urbanos a pior condição de trabalho é dos trabalhadores agrícolas temporários (os volantes, bóias-frias), que residem tanto nas áreas rurais como nas periferias das cidades. Quanto aos trabalhadores agrícolas permanentes nordestinos urbanos, as condições de trabalho destes estiveram na segunda pior posição, em 2005.

Pode-se observar também, na comparação entre a qualidade do emprego rural e urbano, que praticamente inexistem proximidades entre os indicadores dos grupos de emprego dos homens residentes rurais e urbanos. O que se pode observar é uma clara diferença, nos dois anos analisados, a favor de três grupos de emprego urbanos: trabalhadores agrícolas temporários, trabalhadores da indústria e indústria de transformação e trabalhadores do comércio. Ou seja, para esses três grupos de emprego o fator determinante para a obtenção de melhores condições de trabalho e, portanto, de melhores indicadores de qualidade do emprego é o local de residência (urbana) do trabalhador nordestino. O único caso em que é notável a maior diferença a favor de um grupo de emprego rural, nos dois anos em questão, é o do grupo de serviço doméstico. Para os demais grupos as diferenças existem, mas depende do ano em que se observa, ora a favor da situação de domicílio urbana ora a favor da situação do domicílio rural dos trabalhadores; ou seja, nesses casos não se pode aferir que o fator determinante para a obtenção de melhores condições de trabalho e, portanto, de melhores indicadores de qualidade do emprego possa vir a ser o local de residência do trabalhador.

Ao analisar-se o progresso relativo dos grupos de empregos dos homens residentes rurais, nota-se que praticamente a metade deles apresentou progresso relativo positivo e a outra metade apresentou progresso relativo negativo. O grupo de trabalhadores agrícolas temporários além de ser o que detém o pior indicador de qualidade do emprego, nos dois anos analisados, exibiu também o segundo pior progresso relativo (-10,64%). Apesar do

---

(8) Resultado semelhante foi também encontrado em São Paulo por *Balsadi* (2000).

grupo educação (professores) ter experimentado a mais forte queda no progresso relativo (-21,96), ainda ficou na segunda melhor posição no *ranking* das posições relativas. Na comparação com os grupos de emprego urbanos, nota-se que esses apresentaram uma queda nos progressos relativos em um número maior de grupos de emprego.

Enfim, na região Nordeste, além dos indicadores de qualidade das condições do trabalho assalariado dos homens serem notadamente baixos, conforme já mencionado anteriormente, tais indicadores pouco melhoraram, do ponto de vista do seu progresso relativo, sendo que muitos deles pioraram, mais notadamente os grupos de trabalhadores urbanos.

Os grupos de emprego das mulheres residentes rurais nordestinas (Tabelas 3 e 4) que se destacaram como os melhores foram saúde (1º lugar) e educação (2º lugar), nos dois anos investigados. Os dois grupos de emprego que exibiram os IQEs menos favoráveis foram os das trabalhadoras agrícolas temporárias e das trabalhadoras da indústria e indústria de transformação.

O grupo de serviços domésticos exibiu a quinta posição relativa, entre os demais grupos, o que significa que para as mulheres residentes rurais assalariar-se em serviços domésticos resulta na obtenção de melhores condições de trabalho do que se assalariar na agricultura como trabalhadora temporária (bóia-fria) ou na indústria e indústria de transformação.

Verifica-se que tanto para os homens quanto para as mulheres, residentes rurais, os empregos que oferecem as condições de trabalho menos favoráveis são nas atividades agrícolas, como trabalhadores temporários, e nas atividades na indústria e indústria de transformação.

De forma assemelhada ao que foi observado para os homens, no tocante às mulheres apenas quatro grupos de emprego (trabalhadoras agrícolas permanentes, indústria e indústria de transformação, educação e saúde) registraram diferenças entre os indicadores de qualidade favoráveis para as trabalhadoras urbanas; ou seja, para esses grupos de emprego, o local de residência (urbana) da trabalhadora mostrou-se como importante para a obtenção das melhores condições de trabalho. No caso do grupo dos serviços domésticos, os indicadores revelam, nos dois anos analisados, que o fator local de residência é praticamente indiferente para a definição das condições de trabalho da mulher nordestina.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos para as outras duas ponderações adotadas, as quais dão mais peso para os indicadores de rendimento no trabalho principal e grau de formalização do trabalho ( $IQE' = 0,40 \text{ TRABREND} + 0,40 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$ ; e  $IQE'' = 0,50 \text{ TRABREND} + 0,30 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$ ).

Como poderá ser notado, houve pequenas alterações nas posições relativas dos grupos de emprego selecionados, principalmente daqueles dos residentes rurais, evidenciando que as diferentes ponderações pouco modificaram a situação mais desfavorável para os empregos dos homens em atividades agrícolas, temporárias e permanentes, na indústria e indústria de transformação e no comércio, no tocante à qualidade do emprego (Tabelas 5 e 6). Ou seja, independente das ponderações utilizadas, esses quatro grupos ficaram nas últimas posições pelo fato de possuírem indicadores parciais mais desfavoráveis.

TABELA 1

Índices de Qualidade do Emprego dos Homens, Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Selecionados: Região Nordeste, 2002 e 2005

Grupo de Ocupação	IQE		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	26,4	31,1	6,42
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	22,9	14,7	-10,64
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	26,3	28,0	2,30
Trab. Const. Civil (RUR)	26,4	33,4	9,50
Trab. Comércio (RUR)	23,7	28,1	5,83
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	33,3	30,2	-4,64
Trab. Educação (Professores) (RUR)	45,6	33,6	-21,96
Trab. Saúde (RUR)	34,5	38,2	5,54
Trab. Serv. Domést. (RUR)	33,9	31,9	-3,02
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	31,1	24,1	-10,25
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	31,0	21,8	-13,33
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	34,7	31,8	-4,49
Trab. Const. Civil (URB)	28,9	26,1	-4,01
Trab. Comércio (URB)	30,1	44,1	20,06
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	38,8	28,1	-17,45
Trab. Educação (Professores) (URB)	37,7	42,3	7,43
Trab. Saúde (URB)	41,8	33,7	-14,02
Trab. Serv. Domést. (URB)	26,8	28,2	1,88

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

TABELA 2

Posição Relativa dos Grupos de Ocupações dos Homens Empregados, Residentes Rurais e Urbanos: Região Nordeste, 2002 e 2005

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	6º	5º	6º	8º
Trab. Agrícolas Temporários	9º	9º	7º	9º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	7º	8º	4º	4º
Trab. Const. Civil	5º	3º	8º	7º
Trab. Comércio	8º	7º	5º	1º
Tab. Transportes (Motoristas)	4º	6º	2º	6º
Trab. Educação (Professores)	1º	2º	3º	2º
Trab. Saúde	2º	1º	1º	3º
Trab. Serv. Doméstico	3º	4º	9º	5º

Fonte: Dados da Tabela 1.

Os resultados para o IQE' (Tabelas 5 e 6) mostram que as únicas alterações para os grupos de ocupações dos homens empregados residentes rurais, nos anos considerados, foram os seguintes: os grupos de trabalhadores agrícolas permanentes e de serviços domésticos pioraram de posição – o primeiro passou da 6ª para a 7ª posição, em 2002, e da 5ª para a 6ª posição, em 2005; o segundo passou da 3ª para a 4ª posição, em 2002, e da 4ª para a 5ª posição, em 2005. O grupo de transportes (motoristas) melhorou de posição passando da 4ª para a 3ª posição, em 2002, e da 6ª para a 4ª posição, em 2005. O grupo de indústria e indústria de transformação melhorou de posição em 2002, passando da 7ª para a 6ª posição.

Enfim, ao se alterar os pesos dos indicadores parciais reduzindo a participação do indicador de auxílios e elevando a participação do indicador de formalidade e de rendimentos, implicou em queda das condições de trabalho das atividades agrícolas e dos serviços domésticos, com melhora dos indicadores das demais atividades não-agrícolas.

**TABELA 3**  
**Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres, Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Selecionados: Região Nordeste, 2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	IQE		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	29,6	26,6	-4,22
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	22,4	21,5	-1,20
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	21,6	22,0	0,57
Trab. Const. Civil (RUR)	-	-	-
Trab. Comércio (RUR)	25,3	31,0	7,59
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (RUR)	38,1	35,8	-3,73
Trab. Saúde (RUR)	38,5	37,5	-1,30
Trab. Serv. Domést. (RUR)	23,6	26,1	3,34
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	39,4	35,1	-7,09
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	23,6	28,2	6,09
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	32,5	37,5	7,53
Trab. Const. Civil (URB)	-	-	-
Trab. Comércio (URB)	32,3	31,5	-1,21
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (URB)	40,8	40,6	-0,39
Trab. Saúde (URB)	41,0	41,9	1,41
Trab. Serv. Domést. (URB)	23,9	25,7	2,38

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

**TABELA 4**  
**Posição Relativa dos Grupos de Ocupações das Mulheres Empregadas, Residentes Rurais e Urbanos: Região Nordeste, 2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	3 <sup>o</sup>	4 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>	4 <sup>o</sup>
Trab. Agrícolas Temporários	6 <sup>a</sup>	7 <sup>o</sup>	7 <sup>o</sup>	6 <sup>o</sup>
Trab. Ind e Ind. de Transformação	7 <sup>o</sup>	6 <sup>o</sup>	4 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>
Trab. Const. Civil	-	-	-	-
Trab. Comércio	4 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>	5 <sup>o</sup>	5 <sup>o</sup>
Tab. Transportes (Motoristas)	-	-	-	-
Trab. Educação (Professores)	2 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>
Trab. Saúde	1 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>
Trab. Serv. Doméstico	5 <sup>o</sup>	5 <sup>o</sup>	6 <sup>o</sup>	7 <sup>o</sup>

Fonte: Dados da Tabela 3.

**TABELA 5**  
**Índices de Qualidade do Emprego dos Homens**  
**(Ponderação 40-40-20), Segundo Local de Domicílio e Grupos de**  
**Ocupações Seleccionados: Região Nordeste, 2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	IQE'		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	28,6	34,0	7,62
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	25,8	16,1	-13,05
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	30,0	31,5	2,06
Trab. Const. Civil (RUR)	30,2	37,7	10,77
Trab. Comércio (RUR)	28,4	31,6	4,50
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	38,3	34,8	-5,74
Trab. Educação (Professores) (RUR)	54,7	40,1	-32,28
Trab. Saúde (RUR)	41,0	43,0	3,34
Trab. Serv. Domést. (RUR)	35,9	34,5	-2,04
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	34,7	26,3	-12,90
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	34,8	24,5	-15,95
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	39,9	35,7	-6,90
Trab. Const. Civil (URB)	33,1	29,8	-5,04
Trab. Comércio (URB)	34,5	49,9	23,54
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	43,5	32,2	-20,03
Trab. Educação (Professores) (URB)	44,4	49,0	8,19
Trab. Saúde (URB)	46,5	39,5	-13,07
Trab. Serv. Domést. (URB)	28,2	30,1	2,55

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

**TABELA 6**  
**Posição Relativa dos Grupos de Ocupação dos Empregados (Homens),**  
**Residentes Rurais e Urbanos (Ponderação 40-40-20): Região Nordeste,**  
**2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	7º	6º	6º	8º
Trab. Agrícolas Temporários	9º	9º	5º	9º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	6º	8º	4º	4º
Trab. Const. Civil	5º	3º	8º	7º
Trab. Comércio	8º	7º	7º	1º
Tab. Transportes (Motoristas)	3º	4º	3º	5º
Trab. Educação (Professores)	1º	2º	2º	2º
Trab. Saúde	2º	1º	1º	3º
Trab. Serv. Doméstico	4º	5º	9º	6º

Fonte: Dados da Tabela 5.

Os resultados para o IQE'' (Tabelas 7 e 8), em que é dado o maior peso para o rendimento, mostram que as alterações ocorridas em relação à primeira ponderação (30-30-30) foram, para os trabalhadores homens rurais, praticamente as mesmas verificadas com o IQE' (40-40-20), com uma única diferença de que o grupo de comércio — IQE'' (50-30-20) — melhorou de posição, passando da 8ª para a 7ª, em 2002.

Enfim, no geral, mantiveram-se as posições do primeiro IQE, em que as piores condições de trabalho são dos grupos de emprego agrícola temporário (com piora do emprego

agrícola permanente), indústria e indústria de transformação, comércio e serviço doméstico. Esses resultados revelam a baixa sensibilidade desses indicadores gerais às alterações nas ponderações dos indicadores parciais.

**TABELA 7**  
**Índices de Qualidade do Emprego dos Homens (Ponderação 50-30-20),**  
**Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Selecionados:**  
**Região Nordeste, 2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	IQE''		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	25,0	31,3	8,32
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	23,5	15,1	-11,03
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	25,9	28,5	3,55
Trab. Const. Civil (RUR)	28,6	34,7	8,64
Trab. Comércio (RUR)	25,3	29,5	5,64
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	39,1	34,3	-7,99
Trab. Educação (Professores) (RUR)	52,8	35,9	-35,65
Trab. Saúde (RUR)	40,1	38,9	-1,94
Trab. Serv. Domést. (RUR)	34,0	32,7	-2,00
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	32,8	25,4	-11,01
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	34,5	21,0	-20,70
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	37,5	32,7	-7,72
Trab. Const. Civil (URB)	30,7	26,4	-6,14
Trab. Comércio (URB)	31,4	49,4	26,24
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	42,4	29,1	-23,23
Trab. Educação (Professores) (URB)	42,4	46,7	7,44
Trab. Saúde (URB)	44,0	35,1	-15,97
Trab. Serv. Domést. (URB)	25,5	27,2	2,33

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

**TABELA 8**  
**Posição Relativa dos Grupos de Ocupação dos Empregados (Homens), Residentes**  
**Rurais e Urbanos (Ponderação 50-30-20): Região Nordeste, 2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	8º	6º	6º	8º
Trab. Agrícolas Temporários	9º	9º	5º	9º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	6º	8º	4º	4º
Trab. Const. Civil	5º	3º	8º	7º
Trab. Comércio	7º	7º	7º	1º
Tab. Transportes (Motoristas)	3º	4º	2º	5º
Trab. Educação (Professores)	1º	2º	3º	2º
Trab. Saúde	2º	1º	1º	3º
Trab. Serv. Doméstico	4º	5º	9º	6º

Fonte: Dados da Tabela 7.

Para as mulheres trabalhadoras assalariadas residentes rurais, o principal aspecto a ser destacado refere-se ao fato de que no IQE' (Tabelas 9 e 10) são pequenas as alterações (notadamente em 2002, com piora mais acentuada no indicador para o grupo de serviço doméstico) ocorridas em relação ao IQE (Tabelas 3 e 4), semelhante ao sucedido com os homens; ou seja, uma menor ponderação para os auxílios influenciou muito pouco no índice de qualidade do emprego — tanto no que se refere às diferenças dos índices entre os grupos de ocupação (Tabela 9), quanto em relação ao *ranking* das posições relativas dos distintos grupos (Tabela 10). O que importa destacar também é que independentemente da ponderação adotada para o IQE, os empregos agrícolas temporários, das mulheres residentes rurais ou urbanas, disputam os piores indicadores juntamente com o grupo dos serviços domésticos, em comparação com os demais grupos de emprego.

As situações são também pouco alteradas para os grupos de emprego das mulheres nordestinas com residência urbana com a mudança nas ponderações dos indicadores parciais. Observa-se que os grupos de trabalhadoras agrícolas temporárias e de serviços domésticos permaneceram com os indicadores de qualidade do emprego menos satisfatórios, seguido do grupo de trabalhadoras agrícolas permanentes urbanas.

**TABELA 9**  
**Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 40-40-20),**  
**Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Selecionados:**  
**Região Nordeste, 2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	IQE'		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	34,1	29,9	-6,24
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	26,3	25,0	-1,72
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	25,3	25,4	0,11
Trab. Const. Civil (RUR)	-	-	-
Trab. Comércio (RUR)	29,1	36,0	9,64
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (RUR)	45,2	42,4	-5,06
Trab. Saúde (RUR)	45,1	44,1	-1,77
Trab. Serv. Domést. (RUR)	23,0	26,4	4,35
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	44,1	40,0	-7,26
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	26,8	31,9	6,90
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	37,1	42,9	9,19
Trab. Const. Civil (URB)	-	-	-
Trab. Comércio (URB)	37,2	36,1	-1,73
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (URB)	47,8	47,5	-0,40
Trab. Saúde (URB)	46,6	47,7	1,89
Trab. Serv. Domést. (URB)	24,2	26,4	2,92

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

**TABELA 10**  
**Posição Relativa dos Grupos de Ocupação das Empregadas (Mulheres),**  
**Residentes Rurais e Urbanos (Ponderação 40-40-20):**  
**Região Nordeste, 2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	3 <sup>o</sup>	4 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>	4 <sup>o</sup>
Trab. Agrícolas Temporários	5 <sup>o</sup>	7 <sup>o</sup>	6 <sup>o</sup>	6 <sup>o</sup>
Trab. Ind e Ind. de Transformação	6 <sup>o</sup>	6 <sup>o</sup>	5 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>
Trab. Const. Civil	-	-	-	-
Trab. Comércio	4 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>	4 <sup>o</sup>	5 <sup>o</sup>
Tab. Transportes (Motoristas)	-	-	-	-
Trab. Educação (Professores)	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>
Trab. Saúde	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>
Trab. Serv. Doméstico	7 <sup>o</sup>	5 <sup>o</sup>	7 <sup>o</sup>	7 <sup>o</sup>

Fonte: Dados da Tabela 9.

Quanto ao IQE” (Tabelas 11 e 12), relativo às mulheres trabalhadoras rurais, as alterações que houve em relação ao IQE das Tabelas 3 e 4 foram praticamente as mesmas do IQE, em 2002; os grupos de trabalhadoras agrícolas temporárias e indústria e indústria de transformação permaneceram nas piores posições, juntamente, mais uma vez, com o grupo dos serviços domésticos.

Novamente as situações foram também pouco alteradas para os grupos de emprego das mulheres nordestinas com residência urbana com a mudança nas ponderações dos indicadores parciais. Uma outra vez observou-se que os grupos de trabalhadoras agrícolas temporárias e de serviços domésticos permaneceram com os indicadores de qualidade do emprego menos satisfatórios, seguido do grupo de trabalhadoras agrícolas permanentes urbanas.

No geral, portanto, as alterações não modificam significativamente as posições dos grupos com melhor e pior condições de trabalho feminino.

Em suma, as alterações nas ponderações dos indicadores parciais que compõem o IQE para as mulheres praticamente não denotaram mudanças significativas no comportamento observado para o progresso relativo, o que deixa claro que uma menor ponderação para os auxílios pouco influencia no índice de qualidade do emprego rural feminino. As modificações não foram acentuadas. É visível que, no geral, as trabalhadoras rurais das atividades agrícolas temporárias, da indústria e indústria de transformação, e dos serviços domésticos apareçam em pior situação — seguidas do grupo de trabalhadoras agrícolas permanentes —, em relação às condições de trabalho, comparativamente às demais atividades não agrícolas.

**TABELA 11**  
**Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 50-30-20),**  
**Segundo Local de Domicílio e Grupos de Ocupações Seleccionados:**  
**Região Nordeste, 2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	IQE''		Progresso Relativo (%)
	2002	2005	2002-2005
Trab. Agrícolas Permanentes (RUR)	31,1	28,8	-3,27
Trab. Agrícolas Temporários (RUR)	24,0	21,8	-2,88
Trab. Ind e Ind. de Transformação (RUR)	22,1	21,8	-0,29
Trab. Const. Civil (RUR)	-	-	-
Trab. Comércio (RUR)	26,9	34,7	10,61
Tab. Transportes (Motoristas). (RUR)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (RUR)	41,7	38,3	-5,81
Trab. Saúde (RUR)	41,4	39,9	-2,49
Trab. Serv. Domést. (RUR)	20,1	24,0	4,82
Trab. Agrícolas Permanentes (URB)	41,4	36,8	-7,80
Trab. Agrícolas Temporários (URB)	24,3	29,2	6,44
Trab. Ind e Ind. de Transformação (URB)	33,6	39,2	8,33
Trab. Const. Civil (URB)	-	-	-
Trab. Comércio (URB)	33,4	31,8	-2,37
Tab. Transportes (Motoristas). (URB)	-	-	-
Trab. Educação (Professores) (URB)	44,8	44,7	-0,14
Trab. Saúde (URB)	43,3	44,3	1,67
Trab. Serv. Domést. (URB)	21,4	23,5	2,71

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

**TABELA 12**  
**Posição Relativa dos Grupos de Ocupação das Empregadas (Mulheres),**  
**Residentes Rurais e Urbanos (Ponderação 50-30-20):**  
**Região Nordeste, 2002 e 2005**

Grupo de Ocupação	Posição Relativa			
	Trab. Rurais		Trab. Urbanos	
	2002	2005	2002	2005
Trab. Agrícolas Permanentes	3º	4º	3º	4º
Trab. Agrícolas Temporários	5º	7º	6º	6º
Trab. Ind e Ind. de Transformação	6º	6º	4º	3º
Trab. Const. Civil	-	-	-	-
Trab. Comércio	4º	3º	5º	5º
Tab. Transportes (Motoristas)	-	-	-	-
Trab. Educação (Professores)	1º	2º	1º	1º
Trab. Saúde	2º	1º	2º	2º
Trab. Serv. Doméstico	7º	5º	7º	7º

Fonte: Dados da Tabela 11.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de analisar a qualidade do emprego das pessoas, homens e mulheres, residentes no meio rural da região Nordeste nos anos de 2002 e 2005 construímos índices de qualidade do emprego (IQEs) que possibilitaram a comparação da qualidade dos empregos, rurais e urbanos, nas atividades agrícolas e não-agrícolas.

Os resultados obtidos com os índices de qualidade do emprego evidenciaram que, tanto para os homens quanto para as mulheres empregadas residentes rurais, os grupos de ocupações não-agrícolas selecionados apresentaram melhores condições de trabalho do que os grupos de trabalhos agrícolas temporários (volante, bóia-fria) — exceção dos grupos serviço doméstico e indústria e indústria de transformação que dividem as piores posições com as atividades agrícolas.

Outro resultado importante observado foi que para a maioria dos grupos de emprego selecionados revelou-se indiferente, para a determinação do nível do indicador, o local de residência do trabalhador, se rural ou urbano. Poucos foram os casos em que a situação do domicílio do trabalhador parece indicar como importante para uma melhora nas condições de trabalho.

No rural não-metropolitano do Nordeste, os resultados, analisados de uma forma geral, *não* deixam bem claro — diferentemente do que *Balsadi* mostrou para o rural de São Paulo — se a inserção, dos homens e das mulheres, no mercado de trabalho não-agrícola é uma forma dos trabalhadores obterem melhores condições de trabalho, em comparação com as atividades agrícolas. Estudando a pluriatividade das famílias rurais nordestinas, *Nascimento* sugeriu que no Nordeste a pluriatividade cresce em virtude das famílias rurais agrícolas recorrerem a atividades não-agrícolas que em geral são precárias ao ponto de não oferecerem atrativos suficientes para que aquelas famílias substituam suas atividades agrícolas tradicionais (também precárias) pelas não-agrícolas, de tal modo que as famílias rurais nordestinas agrícolas vão se tornando pluriativas ao conciliarem atividades agrícolas e não-agrícolas, ambas precárias. Essas observações de *Nascimento* corroboram nossas informações no início desse parágrafo.

Um fato importante que deve ser considerado é que as mulheres empregadas no serviço doméstico apresentam um índice de qualidade do emprego desfavorável — segundo pior indicador de qualidade, entre as atividades não agrícolas, depois do grupo indústria e indústria de transformação —, e o serviço doméstico é o ramo de ocupação assalariada que mais emprega mulheres no meio rural nordestino<sup>(9)</sup>. O grupo dos serviços domésticos só apresenta melhor colocação no índice de qualidade do emprego em relação às mulheres empregadas na indústria e indústria de transformação e no trabalho agrícola temporário, ou seja, esses números podem estar indicando que, a despeito da precariedade da atividade nos serviços domésticos, ainda é melhor ser doméstica do que bóia-fria/volante (o mesmo verificado para os homens). *Balsadi* fez observação semelhante em relação ao rural de São Paulo. *Nascimento*, também confirmando essa observação, mostra que as famílias agrícolas que tinham algum membro ocupado em serviços

---

(9) Dos empregos rurais assalariados femininos nordestinos 25,3% era a participação dos serviços domésticos, em 2005.

domésticos remunerados apresentavam um nível de renda melhor do que as famílias estritamente agrícolas.

Cabe aqui chamar a atenção novamente para uma observação importante. De forma quase geral os IQEs (IQE, IQE' e IQE'') obtidos por todos os grupos de emprego selecionados atingem no máximo 40% de seu valor, poucas vezes ultrapassam esse valor e muitíssimo raramente ultrapassam 50% do valor do índice, segundo os critérios selecionados para nosso estudo. Como foi possível perceber, o IQE varia numa proporção de 0 a 100, o que significa que quanto mais próximo de 100 melhor a qualidade do emprego. Assim, toda a análise feita comparando os IQEs entre os grupos de atividades agrícola e não-agrícola e entre o rural e o urbano, baseou-se em níveis de qualidade dos empregos nordestinos que em geral são bastante baixos, considerando as variáveis utilizadas para a construção dos IQEs. Em São Paulo, *Balsadi* encontrou IQEs mais elevados, com alguns casos alcançando 70%, entre homens e mulheres, em 1998.

Os resultados dos IQEs obtidos para os trabalhadores homens e mulheres nordestinos fornecem subsídios interessantes no que se refere à formulação de políticas de geração de emprego e renda para a população nordestina residente no meio rural. Se, por um lado, o fomento às atividades não-agrícolas possa vir a ter efeitos positivos em termos de melhoria da qualidade do emprego e, por conseguinte, das condições de vida dos trabalhadores com residência rural, por outro, ainda resta um grande desafio que é definir políticas que gerem mais empregos na agricultura e, ao mesmo tempo, melhorem as condições de trabalho das pessoas nela empregadas – assim como também em relação às condições das atividades não-agrícolas, que não se mostraram tão melhores.

No entanto, o que percebemos é que essa necessária integração entre atividades agrícolas e não-agrícolas, gerando melhores condições de emprego e conseqüentemente qualidade de vida para a população, ainda é um desafio para as políticas públicas, já que seria necessário a formulação de projetos de desenvolvimento rural que abordem novas questões para além das velhas questões ligadas exclusivamente às atividades agrícolas, à medida que cada vez mais a literatura aponta para um mundo rural cuja dinâmica não se explica mais somente, nem majoritariamente, pelas atividades agrícolas, mas de forma crescente pelas atividades não-agrícolas e pelas novas funções que as áreas rurais oferecem (sobre essa nova abordagem ver, por exemplo, CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000, 2004; DEL GROSSI, 1999; ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2001, 2006).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. IV, p. 379-397, 2000.

ARKLETON, Trust. *Adaptation des menages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991* – rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivite des menages agricoles. Luxembourg: Commission Européenne, 1992.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Claudio Salvadori; HENRIQUES, Wilnês. *O comportamento da estrutura ocupacional brasileira nos anos 80*. Campinas: IE/UNICAMP, 1982 (Relatório de Pesquisa).

BALSADI, Otavio Valentim. *Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90*. Campinas: Unicamp-IE, 2000 (dissertação de mestrado).

CAMPANHOLA, César Pires; SILVA, José Graziano da (orgs.). *O novo rural brasileiro*. Brasília: Embrapa, 2004. v. 3.

\_\_\_\_\_. *O novo rural brasileiro*. Brasília: Embrapa, 2004. v. 4.

ESTRADA, Eduardo Moyano. Las políticas de desarrollo rural. In: SHIKI, S. *et al. Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: EMBRAPA/UNICAMP/UFU, 1997.

GROSSI, Mauro Eduardo del. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro*. Campinas: IE/UNICAMP, 1999 (Tese de Doutorado).

KAGEYAMA, Angela Antonia; REHDER, Paulo. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 23-44, jan./mar. 1993.

MATTOSO, Jorge E.; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. *Transformações estruturais e emprego nos anos 90*. Campinas: UNICAMP/IE/Cesit, 1996 (Cadernos do Cesit, n. 21).

NASCIMENTO, Carlos Alves do. *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas*. Campinas: IE/UNICAMP, 2005 (tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. *Evolução das famílias rurais no Brasil e grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999*. Campinas: IE/UNICAMP, 2002 (Dissertação de Mestrado).

POCHMANN, Marcio. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *A epidemia do emprego no Brasil: atualidade e perspectiva*. Campinas: Unicamp/Cesit/IE, 2000.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1)

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

\_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos avançados*, v. 20, p. 333-353, 2006.